



**ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
CÂMARA MUNICIPAL DE MONTENEGRO**

**"Montenegro Cidade das Artes
Capital do Tanino e da Citricultura"**



RELATÓRIO DE REUNIÃO

Data: 14.05.2014

Proc. n.º: 058 – SI 029/14

Horário início: 9h

Término: 9h40min

Assunto: reunião para tratar acerca da edificação de unidade da Receita Federal em terreno destinado pelo Município.

Requerentes: Ver. Roberto Braatz (PDT).

Convidados: Chefe da unidade local da Receita Federal e o Delegado Regional de Santa Cruz do Sul, conforme Requerimento n.º 018/2014.

Presentes: Lista de presenças anexa ao referido processo.

Principais pontos Destacados: Inicialmente, o Presidente da Casa, Vereador Renato Kranz (PMDB), contextualizou o assunto. Em dois mil e doze, no governo Percival de Oliveira, o Município cedeu a área a pedido da Receita Federal – RF, que culminou na aprovação do projeto de lei de cedência desse espaço à União. Em reunião realizada no ano passado, nesta Casa, se apontava a expectativa de que até o fim deste ano a sede própria já estivesse construída. O encontro objetivava saber o que está acontecendo, quais as perspectivas de início e inauguração da obra. O Vereador proponente lembrou o que fora tratado na última reunião sobre o assunto. Ponderou que, como existe a expectativa das pessoas, é necessário ter informações sobre o andamento para repassá-las à comunidade montenegrina. O Delegado Regional em Santa Cruz do Sul, Altemir Linhares de Mello, informou que, num primeiro momento, ficou preocupado com o que está angustiado o Município, na medida em que a angústia maior é da própria RF. Assegurou que estão envolvidos no processo e decididos a levar a cabo o empreendimento, sujeitando-se a todos os percalços dos processos licitatórios e administrativos que nem sempre correm da forma como são planejados. Manifestou a intenção de construir a edificação nos moldes do projeto da agência-modelo. O que houve são aquelas situações inusitadas, mas tão frequentes nesses processos de licitação e contratação com o poder público, que acabam gerando constrangimentos e frustrações, na medida em que os cronogramas não são cumpridos tal como inicialmente previstos. Especificamente em relação ao prédio da Receita em Montenegro, contrataram a empresa, a ordem de serviço foi dada no dia vinte e oito de agosto de dois mil e treze. A empresa ENGEF – Engenharia e Representações Limitadas, com sede em Porto Alegre, foi contratada, através de licitação, com valor global de trinta e nove mil duzentos e noventa e noventa e nove reais. Esse contrato foi empenhado nessa data, para executar em sessenta dias o projeto de adequação do projeto modelo nacional para a infraestrutura local, para o terreno, para as exigências do Município. Esse era o cronograma da instituição. No final desse prazo, teriam o projeto final concluído, oportunizando a publicação do edital para construção. Essa empresa, por motivos que até hoje não foram bem entendidos, atrasou esse cronograma. Foi notificada inúmeras vezes, inclusive com comunicação da intenção de rescindir o contrato e fazer uma nova licitação. É uma empresa que não é inidônea, tem uma estrutura boa, devendo ser por conta do acúmulo de trabalho ou falta de pessoal, um problema interno, que acaba deixando esses processos mais lentos. Mas, finalmente, a RF conseguiu vencer a parte mais difícil que era a adaptação desse projeto básico nacional ao terreno cedido. A



**ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
CÂMARA MUNICIPAL DE MONTENEGRO**

**"Montenegro Cidade das Artes
Capital do Tanino e da Citricultura"**



empresa finalmente entregou o projeto. Esse projeto entrou na Prefeitura no dia nove de maio, com o pedido de licença para a construção. O Município pode fazer alguma exigência de adaptação em função da legislação local, cujo eventual ajuste solicitado será feito no projeto. A partir dessa liberação, a licitação é feita. Comunicou que o recurso para construção é de um milhão e oitocentos mil reais, já previsto no Orçamento Geral da União. Estão aguardando a publicação do edital, que será um pregão eletrônico, o que dificulta a previsão dos prazos para sua conclusão. Trabalham sempre com a expectativa otimista de que em noventa dias se conclua a licitação e se possa contratar a empresa para executar a obra. O cenário é este: estão com o projeto na Prefeitura para análise da Diretoria de Geoprocessamento. Após essa etapa, o edital é publicado para a execução da obra. Ainda sobre o atraso, ressaltou que, após análise da equipe de engenharia da Superintendência, na hipótese de rescindir o contrato e penalizar esse prestador de serviços, com a necessidade de se realizar uma nova licitação, preferiu-se manter o contrato, pois se teria uma perda maior de tempo, o processo seria ainda mais moroso. Como havia a expectativa deles concluírem, mesmo se arrastando, optou-se por esperar. Finalmente conseguiram chegar a termo nesse processo. Como o imóvel colocado à disposição era um imóvel da municipalidade, com a necessidade de prestar contas de sua destinação, explicou que a União e seus órgãos atuam com muito rigor com relação a imóveis com afetação especial. Para conseguirem convencer a União a aceitar esse imóvel, precisam provar a necessidade de que ele integre seu patrimônio. Isso é um processo muito complicado. A União não aceita um imóvel que não tenha na destinação específica um projeto aprovado, recurso garantido e a pretensão administrativa de executar a obra. Uma das providências que tiveram que adotar quando da aceitação desse imóvel foi provar que não existia nenhum imóvel da União disponível no Município que servisse para aquela finalidade, demonstrando a necessidade que ele fosse incorporado ao patrimônio da União. Garantiu que se esse projeto não fosse adiante, o imóvel voltaria ao patrimônio do Município. Esclareceu que a ENGEF tem a obrigação contratual de entregar o projeto final devidamente aprovado nos órgãos competentes, com as licenças emitidas. A partir dessa concessão, é possível publicar o edital. Declarou que a área a ser construída é de quatrocentos e vinte e quatro metros quadrados. O recurso está previsto no Orçamento Geral da União para o exercício de dois mil e quatorze. Revelou que o cenário indica que esse valor será empenhado ainda dentro desse exercício. Se eventualmente ocorrer algum percalço, o recurso é liberado para suplementar outras obras que estão sendo executadas. Por fim, garantiu a execução do projeto, pois esse projeto da agência modelo é um projeto estratégico da Receita Federal, de modo que não faltarão recursos para essa obra. *Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a reunião.....*

**Ver. Roberto Braatz
PDT**

**Ver. Renato Antonio Kranz,
Presidente.**